

# AS RELAÇÕES SINO-AFRICANAS: (MUITOS) MITOS E (ALGUMAS) REALIDADES

## SINO-AFRICAN RELATIONS: (MANY) MYTHS AND (SOME) REALITIES.

Paulo G. Fagundes Visentini<sup>1</sup>  
Guilherme Ziebell de Oliveira<sup>2</sup>

### RESUMO:

O grande desenvolvimento chinês das últimas décadas gerou mudanças radicais nas conexões internacionais entre a Ásia e o resto do mundo. A aproximação com a África, até então marginalizada na economia mundial, se mostra fundamental para essa mudança. A grande demanda chinesa por matérias primas, fontes de alimentos e de energia, e por mercados consumidores, impacta positivamente as economias africanas. Essa aproximação, entretanto, tem gerado uma série de críticas, sobretudo das potências Ocidentais, que veem suas estruturas de dominação sendo corroídas e seu espaço no continente sendo diminuído, sendo Pequim acusada de promover um “neocolonialismo à chinesa”. O envolvimento da China, contudo, é bem visto pelos africanos, que percebem nesses investimentos a intenção chinesa de estabelecer uma ligação duradoura com o continente. Estaria a China se tornando efetivamente um polo imperialista ou um parceiro do desenvolvimento africano? É uma questão a que este artigo busca responder.

### PALAVRAS-CHAVE:

China; África; Mitos; Realidades.

### ABSTRACT:

The great Chinese development in the past decades has generated radical changes in the international connections between Asia and the world. The fact that china has been drawing closer to Africa, hitherto marginalized in the global economy, proves critical to this change. The great Chinese demand for raw materials, energy and food sources and markets has positive impacts on African economies. This approach, however, has generated a lot of criticism, especially from Western powers, who see their domination structures being eroded and their space in the continent reduced, and accuse Beijing of promoting a “Chinese neo-colonialism”. China’s involvement, however, is well seen by Africans, who perceive in these Chinese investments the will of establishing a lasting connection with the continent. Is China really becoming an imperialist pole or is it a partner in African development? This is a question this paper seeks to answer.

---

1 Professor Titular de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, coordenador do Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA/UFRGS) e Pesquisador do CNPq com o projeto “O Brasil e a China na África”. (paulovi@ufrgs.br)

2 Graduando em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. (guilherme.ziebell@gmail.com)

**KEYWORDS:**

China; Africa; Myths; Realities.

**Introdução**

O rápido desenvolvimento chinês produziu mudanças radicais nas conexões internacionais entre a Ásia e outras regiões do mundo. Nesse sentido, o continente asiático tem se transformado em um polo dinâmico, ocupando uma posição cada vez mais importante no cenário internacional. A aproximação chinesa da África, até então considerada marginal na economia mundial, marcada por um salto qualitativo nas relações sino-africanas, tem um papel fundamental nessa mudança. A grande demanda chinesa por matérias primas, fontes de alimentos e de energia, e por mercados consumidores, tem tido impactos positivos relevantes nas economias africanas. Além disso, o continente africano tem recebido investimentos, ajuda e obras de infraestrutura, além do apoio político chinês.

Essa aproximação, entretanto, tem gerado uma série de críticas, caracterizadas principalmente pela classificação, geralmente por membros da academia e ONGs da Europa e dos EUA, da atuação chinesa como neocolonialista. Para tais críticos, o envolvimento da China com o continente africano estaria vinculado exclusivamente ao interesse chinês no petróleo e em outros recursos naturais dos países africanos e à garantia, através da “*One China Policy*”, de que Taiwan não seja reconhecido como país independente. Ainda, segundo grande parte desses críticos, a atitude chinesa de manter relações com países com regimes alegadamente autoritários seria extremamente prejudicial para o continente.

É inegável, contudo, que a grande maioria dos Estados africanos têm sido rápidos em suas respostas à China, e têm conseguido concluir acordos nas mais diversas áreas, que vão desde a formação de profissionais até a construção de ampla infraestrutura, passando, obviamente, pelo setor de petróleo e de recursos naturais. Os investimentos feitos por Pequim em educação, infraestrutura e capacitação, por exemplo, são interpretados como uma prova da intenção chinesa de estabelecer uma ligação duradoura com o continente africano, e não de manter uma relação apenas de exploração de seus recursos naturais.

Cabe, portanto, o questionamento: a China estaria se tornando uma potência imperialista, por meio da realização de atividades predatórias na África, como afirmam as potências Ocidentais, ou ela representaria um novo parceiro estratégico, capaz de contribuir para o desenvolvimento do continente africano?

### **Breve Histórico das relações**

No início do século XV, antes dos europeus, a China já mantinha relações com a África Oriental. Desde sua formação, em 1949, a República Popular da China se viu inserida no contexto da Guerra Fria, no qual se mostrava extremamente necessário arregimentar aliados e reconhecimento diplomático. Até 1955, entretanto, a China ainda não lograra estabelecer relações diretas efetivas com nenhum país africano, visto que, ao longo da primeira metade da década, estivera voltada para os seus problemas internos e [que] poucos eram os países da África que já haviam conquistado a independência.

A partir de 1954, com a adoção dos “Cinco Princípios para a Coexistência Pacífica”, de Zhou Enlai, a China passou a tomar uma série de medidas, pautadas por esses princípios, que visavam aumentar suas relações com países recém-independentes de todo o mundo, além das relações com os países do Bloco Socialista. A Conferência de Bandung, de 1955, proporcionou o contato de Zhou Enlai com diversos líderes africanos, possibilitando um incremento nas relações entre a China e esses países. Como fruto do contato em Bandung, China e Egito estabeleceram relações diplomáticas em 1956, inaugurando as relações oficiais sino-africanas. A partir desse momento, e antes do final da década, outros países (Argélia, Marrocos, Sudão e Guiné), recém-independentes, estabeleceram relações diplomáticas com Pequim. A China, nesse cenário, apoiava ativamente o processo de descolonização do continente africano, como forma de aumentar sua influência política e de conquistar novos parceiros.

Ao longo da década de 1960, a estratégia diplomática adotada por Pequim foi a da luta contra a hegemonia das duas superpotências. O rompimento das relações sino-soviéticas, que provocou uma cisão no campo socialista, associado ao desmoronamento do sistema colonial e às primeiras vitórias dos movimentos de libertação nacional, desencadeou um movimento de “não-alinhamento”, que logo se mostrou de grande importância nas relações internacionais do período. Nesse contexto, Mao Zedong elaborou a “estratégia das duas zonas intermediárias” (sendo a primeira os países subdesenvolvidos e a segunda os países da Europa ocidental), que defendia que a China deveria lutar contra as duas superpotências mundiais, através do apoio à primeira zona intermediária e da “conquista diplomática” da segunda. Assim, ao longo de toda a década de 1960 a preocupação chinesa na África voltou-se muito mais às questões ideológicas, e à sua luta contra as forças do “imperialismo, colonialismo e revisionismo”, relegando as questões econômicas a um segundo plano.

Foi em meio a essa conjuntura, e apoiada na “estratégia das duas zonas intermediárias” que, em 1964, a China reatou as relações políticas com a França, o que teve grande implicação nas suas relações diplomáticas com os

países africanos, principalmente os francófonos. Além disso, durante a sua visita a 10 países do continente, entre 1963 e 1964, Zhou Enlai anunciou os “cinco princípios-guia do desenvolvimento das relações com Países Árabes e Africanos”. Estes incluíam o apoio aos movimentos anti-imperialistas e anticoloniais, bem como aos movimentos de libertação e à política de não-alinhamento dos países africanos, o respeito à soberania desses países e a oposição a qualquer forma de invasão e interferência estrangeiras nas questões africanas. Assim, no período compreendido entre 1960 e 1969, a China logrou ampliar para 19 o número de países africanos com os quais mantinha relações diplomáticas (14 países a mais do que na década de 1950).

Dado o contexto internacional da década de 1970 - de expansão da influência soviética, de dificuldades políticas e econômicas enfrentadas pelos estadunidenses, de emergência de Japão e Europa ocidental como potenciais rivais dos EUA no plano econômico e de conquistas sucessivas de independência nos países africanos - os países subdesenvolvidos, que respondiam por 75% da população mundial, adquiriam grande importância no cenário mundial. Nesse contexto, Mao Zedong elaborou a teoria dos “três mundos” e a estratégia de “uma linha”, que buscava reunir a maior força possível para enfrentar a URSS, já que a China passara a considerar os soviéticos como a única ameaça e os maiores inimigos chineses, estabelecendo também uma aliança com os EUA. Durante a década de 1970 a China renunciou ao seu isolamento político, o que fomentou grandemente as relações sino-africanas.

O país realizou uma inflexão em sua política estrangeira, alterando a prioridade dos interesses nacionais e adotando uma estratégia pragmática. Procurou a reconciliação com os países ocidentais e, através da política dos “três mundos”, buscou o apoio dos países terceiro-mundistas na luta contra a hegemonia soviética. Ao longo da década, diversos movimentos de libertação nacional no continente africano receberam o apoio chinês, bem como algumas ações dos EUA e da França, que tendessem a barrar ou neutralizar a atuação soviética no continente. Em 1971, contando com significativo apoio dos países africanos (responsáveis por 1/3 dos votos favoráveis à Pequim), a China voltou a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em detrimento de Taiwan. O status de membro permanente, aliado à conjuntura que se apresentava, permitiu que a China ampliasse a sua presença diplomática no continente. Dessa forma, até o final da década de 1970 o país já havia estabelecido relações diplomáticas com 44 países africanos, 25 a mais do que na década anterior.

O início da década de 1980 marcou um novo ponto de inflexão na política externa chinesa, como reflexo das reformas de Deng Xiaoping no país. Houve, assim, uma redefinição da estratégia diplomática e política para a África, por meio

da despolitização da diplomacia e da aproximação chinesa dos países outrora negligenciados por serem aliados à URSS. Em 1982, o então primeiro-ministro chinês, Zhao Ziyang, realizou uma visita a onze países africanos, e anunciou que as relações chinesas com o continente passariam a ser pautadas por quatro princípios básicos, o que visava demonstrar, aos países africanos, que o relacionamento entre China e África se daria em bases de reciprocidade, e não mais através da assistência econômica chinesa. Graças à situação interna chinesa, e [da] a sua busca pelo desenvolvimento econômico do país, verificou-se uma diminuição da assistência econômica, do comércio bilateral e da ajuda humanitária chinesa ao continente africano nesse período. Ainda, com a proximidade do fim da Guerra-Fria e consequente aproximação sino-soviética, a África acabou perdendo importância estratégica na disputa entre China, EUA e URSS por zonas de influência. Os países africanos, dessa forma, acabaram voltando-se para a assistência econômica e para parceria comercial estadunidense e europeia, cedendo às pressões ocidentais e iniciando uma série de ajustes estruturais baseados no Consenso de Washington.

No final da década de 1980, contudo, a postura chinesa em relação à África sofreu nova inflexão. Em termos econômicos, o país vivenciava um período de forte crescimento e extroversão econômica, e necessitava da África como fonte de recursos naturais e de mercado consumidor, para dar continuidade à sua expansão. Em termos políticos, a China se viu isolada com o episódio da repressão política na Praça da Paz Celestial, muito criticado pelo ocidente. A repercussão desse episódio nos países africanos, entretanto, foi bastante diferente. Além de receber o apoio de Angola e Namíbia, houve um entendimento, tanto dos africanos, quanto dos chineses, de que as críticas ocidentais eram uma tentativa de desestabilizar o crescimento chinês. Além disso, os líderes chineses perceberam, nos países africanos, uma preciosa possibilidade de aliança política que poderia servir de sustentação, especialmente no âmbito das Nações Unidas. Assim, a partir de 1989, os primeiros ministros chineses passaram a visitar o continente africano no início de cada ano, sublinhando a importância do papel que a política para a África passou a desempenhar na política externa chinesa.

Com o fim da autossuficiência petrolífera chinesa e, conseqüentemente, da sua independência frente às flutuações do preço da *commodity* no mercado externo, por volta de 1993, a China passou a buscar petróleo em mercados onde os EUA tivessem dificuldades de se inserir. Verificou-se também um aumento significativo da ajuda chinesa destinada ao continente africano, bem como um aumento do número de *joint ventures*, de investimentos chineses e da interação econômica. A década de 1990, assim, mostrou um novo impulso nas relações sino-africanas, com um aumento da complexidade e abrangência das relações e da cooperação.

Ao final do decênio, cerca de trinta viagens haviam sido efetuadas por mais de dez dirigentes chineses da alta cúpula, espelhando, na arena político-diplomática, o incremento do comércio e dos investimentos chineses no continente. Seguindo a lógica de institucionalização de medidas de fomento às economias africanas, apoiando o empresariado e as empresas estatais chinesas, assim como as iniciativas governamentais, foi criado o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), em 2000, com o objetivo de aumentar e coordenar a cooperação sino-africana, com a garantia de benefícios mútuos.

### **O Fórum de Cooperação China-África**

Em 1996, o então presidente chinês, Jiang Zemin, realizou uma visita a seis países africanos. Nessa visita, Zemin delineou uma proposta, composta por cinco pontos, com o objetivo de desenvolver relações sino-africanas estáveis e de longo prazo, baseadas em princípios de cooperação e interação. A proposta incluía, entre outros, interação baseada na igualdade, respeito pela soberania e não-interferência em assuntos internos, desenvolvimento comum e com benefícios mútuos e aumento das consultas e da cooperação em assuntos internacionais. Foi essa nova política chinesa para a África que criou as bases para o fortalecimento e consolidação das relações sino-africanas e que, posteriormente, evoluiu até a criação do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC).

O funcionamento do FOCAC se dá através de conferências ministeriais, de frequência trienal, que ocorrem alternadamente em Pequim e em um país africano. Nessas conferências são anunciadas, na forma de Planos de Ação, as orientações programáticas da cooperação entre China e países africanos nos três anos posteriores à realização do Fórum. O FOCAC foi lançado oficialmente no ano 2000, em uma conferência ministerial realizada em Pequim, que reuniu 44 países africanos, representantes do setor privado e de organizações regionais e internacionais, bem como chefes de Estado de Togo, Argélia, Zâmbia e Tanzânia e o Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana (OUA)(GAZIBO, MBABIA, 2012, p.54).

A segunda Conferência de Ministros ocorreu em 2003, na Etiópia, e contou com a participação dos primeiros ministros chinês e etíope, de seis chefes de Estado, três vice-presidentes, dois primeiros-ministros, um presidente de senado, do presidente da Comissão da União Africana e do representante do Secretário-Geral das Nações Unidas. Apesar da participação de atores de maior peso político, as decisões tomadas no segundo FOCAC não foram de grande expressividade. Entre as principais estavam o reforço da cooperação em matéria de exploração de recursos humanos e a oferta de treinamentos multissetoriais a 10.000 africanos, e o acordo de uma tarifa zero para a importação de alguns produtos provenientes de países africanos menos avançados.

É a partir da terceira cúpula que podemos perceber uma verdadeira institucionalização do Fórum. Além de contar com a participação de 41 chefes de Estado e representantes do alto escalão de 48 países africanos, o FOCAC III reuniu cerca de 1700 delegados chineses e africanos. Nesta cúpula foram tomadas decisões que expressaram claramente o aprofundamento das relações sino-africanas, que passaram a ter o *status* de Parceria Estratégica para Pequim. Entre essas, podemos citar a duplicação, entre 2006 e 2009, da ajuda chinesa à África, a remoção das tarifas de 440 produtos de países africanos menos desenvolvidos, a criação de até cinco zonas de livre-comércio no continente e também o estabelecimento de um fundo de desenvolvimento no valor de US\$ 5 bilhões, como forma de encorajar os investimentos chineses na África, além do envio de profissionais e de voluntários chineses aos países africanos, bem como o treinamento e formação de profissionais e o aumento de bolsas de estudos para estudantes africanos.

Foi também no contexto do FOCAC III que o governo chinês lançou o “*China White Paper*”, um documento semelhante a outros *policy papers* (como a Declaração de Pequim, ou o Plano de Ação de Adis-Abeba), que define as bases para o desenvolvimento de uma relação duradoura com o continente africano. O documento reforça a história compartilhada pela China e pelos países africanos e reitera que as relações entre eles devem ser sempre baseadas nos princípios de sinceridade, igualdade, benefício mútuo, solidariedade e desenvolvimento comum, forças condutoras desse relacionamento.

A quarta cúpula, realizada em Sharm-El-Sheikh, Egito, em 2009, contou com a participação do premiê chinês, Wen Jiabao, e dos chefes de Estado e de governo de 50 países africanos, além do presidente da Comissão da União Africana. O plano de ação elaborado nesta cúpula foi ainda mais ambicioso que os anteriores. Entre as principais decisões tomadas estavam isenção de tratamento tarifário a 95% dos produtos provenientes dos países menos desenvolvidos, o fornecimento de US\$ 10 bilhões em empréstimos preferenciais, com a inclusão de US\$ 1 bilhão destinados a pequenas e médias empresas africanas, à construção de 50 escolas, à ampliação, para 5500, do número de bolsas de estudo do governo chinês e à formação e capacitação de mais de 6000 profissionais africanos.

O FOCAC tem cumprido a sua função de coordenar melhor a atuação dos principais atores chineses no continente africano (os governos central e provincial, as empresas multinacionais e os atores individuais), bem como conciliar seus interesses e organizar os seus investimentos na África, crescentes especialmente a partir da metade da década de 1990. O Fórum tem demonstrado, dessa forma, capacidade de aproximar os líderes chineses e africanos, proporcionando maior interação comercial e coordenação política através do desenvolvimento de uma

agenda política e econômica comum. Nesse sentido, ele se configura como um espaço de atuação diplomática construtiva, e se apresenta como o eixo central para o avanço das relações sino-africanas. Através dele estruturam-se as bases para que haja a construção de uma relação de ganhos mútuos, de longo prazo, entre a China e os países do continente africano.

Além disso, ao favorecer a elaboração de agendas políticas e econômicas comuns, ele promove o benefício mútuo dos participantes e uma cooperação Sul-Sul construtiva. Mesmo que não se possa atribuir exclusivamente às decisões tomadas no FOCAC a expansão do intercâmbio econômico, comercial e diplomático, bem como a maior aproximação que se verifica entre chineses e africanos, é inegável que o Fórum possui um papel fundamental nessas realizações. Assim, pode-se dizer que o FOCAC tem uma dupla função, ao mesmo tempo fomentando as relações sino-africanas e sendo uma consequência destas.

#### **Interação política e econômica**

A China tem desenvolvido, desde o estabelecimento das suas relações com os países africanos, e especialmente a partir da década de 1990, projetos e investimentos nas mais diversas áreas. O petróleo e outros recursos representam uma parte importante do investimento de Pequim no continente (ainda que estejam longe de ser o único objetivo), sobretudo a partir dos anos 2000. A estratégia das grandes potências Ocidentais, frente ao crescimento apresentado por Pequim, de privar, progressivamente, a China do acesso aos recursos naturais – a intervenção anglo-americana na Ásia Central, a Guerra ao Terror, tinha como sentido estratégico implícito, entre outros, obter meios para interferir na segurança energética chinesa, focada nas reservas de petróleo e gás da região – fez com que o governo chinês se voltasse para os países em desenvolvimento, especialmente na África que, em 2007, possuía aproximadamente 10% das reservas de petróleo mundiais.

Nesse sentido, Sudão e Angola – que, nos anos 2000, ultrapassaram a Arábia Saudita como os maiores fornecedores de petróleo para Pequim – estariam entre os parceiros africanos mais importantes, em termos energéticos, para a China. É importante ressaltar, entretanto, que outros países produtores de petróleo – como Nigéria e Gabão –, apesar de contarem com investimentos e participação chinesa no setor, ainda têm as potências Ocidentais como principais parceiros, o que ocorre, em todos os países africanos, em diversos outros setores. Isso se deve, em grande parte, ao fato de os investimentos chineses serem muito mais diversificados que os do Ocidente, sendo estes focados especialmente no setor petrolífero.

Pequim também tem desenvolvido projetos para a construção e estabelecimento de Zonas Econômicas Especiais e Zonas de Livre Comércio em



diversos países africanos. As Zonas Econômicas Especiais, onde são implantadas indústrias em regime de *joint ventures*, passaram a ser desenvolvidas a partir da Cúpula de 2006 do FOCAC e, a partir daí, cinco zonas foram aprovadas para serem estabelecidas na África subsaariana, sendo duas delas na Nigéria. O investimento em Zonas Econômicas e de Livre Comércio se apresenta como uma tentativa de reproduzir o modelo chinês de desenvolvimento, uma vez que na China a implantação de zonas como essas teria sido responsável pelo aumento do investimento direto estrangeiro e pelo conseqüente desenvolvimento do país.

Vale lembrar, ainda, que há, entre os países africanos, vários que passaram recentemente por conflitos e/ou tensões internas, que acabaram deteriorando enormemente a sua infraestrutura. Entre eles, podemos citar a Guiné Bissau, a Guiné, Serra Leoa, Libéria e a Costa do Marfim. Dessa forma, uma parte significativa dos investimentos chineses no continente é focada na construção ou reconstrução da infraestrutura dos países, gerando milhares de empregos, embora a China empregue, muitas vezes, a sua própria mão de obra, gerando tensões localizadas (mas reduzindo custos e permitindo operar a uma taxa de lucro mínima de 3%, ao contrário dos 15% europeus) (BRAUTIGAM, 2009, p. 247). Ao longo das relações chinesas com os países da região, diversos prédios públicos foram construídos, bem como estádios de futebol, usinas de produção de energia, estradas, escolas e centros de desenvolvimento agrícola. Além disso, diversos hospitais foram construídos pelos chineses, que também têm fornecido capacitação e formação para médicos e diversos outros profissionais locais. A construção de infraestrutura e a capacitação de profissionais africanos são questões fundamentais nas relações sino-africanas, uma vez que vão ao encontro dos anseios africanos de modernidade e dignidade, pouco enfatizados pelas potências ocidentais.

Outro ponto importante nas relações é o auxílio financeiro dado pela China aos países africanos. Diferentemente do Ocidente, os chineses não impõem aos países receptores de seu auxílio demandas e condicionalidades políticas. Ainda, grande parte da ajuda chinesa é feita através de construção de infraestrutura, e não por meio de pagamentos realizados diretamente aos governos, evitando significativamente desvio de verbas e corrupção (SAUTMAN, HAIRONG, 2006, p.58). Além disso, ao contrário dos órgãos financeiros internacionais, o auxílio financeiro chinês é bastante dinâmico, sendo disponibilizado em um prazo de tempo muito menor, o que agrada as lideranças africanas. A interação entre China e África mudou o panorama econômico do continente. Para além dos investimentos, dos projetos de auxílio e da construção de infraestrutura, a grande demanda chinesa por *commodities* favoreceu enormemente as economias africanas, transformando as possibilidades de crescimento em um crescimento

real e contribuindo para o desenvolvimento econômico expressivo do continente nos últimos anos. A captação de divisas, via exportação de *commodities*, por exemplo, permite aos Estados africanos a emancipação do FMI.

Por fim, vale lembrar que a população africana é de aproximadamente um bilhão de pessoas. Considerando-se que grande parte dessas populações vive da produção de *commodities* que, entre outros, graças à expansão chinesa, sofreu uma elevação nos preços, aumentando o seu poder aquisitivo, podemos perceber que o padrão de consumo africano se incrementado, tornando-se o continente assim uma nova fronteira de mercado para a China. Afora isso, os produtos chineses vendidos para a África, além de possuírem preços acessíveis, têm a capacidade de elevar o padrão de vida dos consumidores africanos. Há, assim, um equilíbrio comercial entre África e China.

Em termos políticos, a interação sino-africana traz benefícios significativos, tanto para a África, quanto para a China. Para a os países africanos, o apoio chinês agrega um parceiro de peso na busca por uma maior participação do mundo em desenvolvimento e por uma democratização nos fóruns internacionais. Além disso, sendo a China um membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, os países africanos não se sentem mais abandonados, pois têm um “protetor” contra as iniciativas Ocidentais desfavoráveis aos Estados africanos. Para os africanos, as relações com Pequim proporcionam uma espécie de descolonização econômica e uma nova projeção internacional. Para a África, tanto política quanto economicamente, a participação chinesa no continente se mostra positiva na medida em que cria novas oportunidades e possibilidades, com o aumento do número de possíveis parceiros e da competição engendrada entre eles.

O estabelecimento de projetos de cooperação entre a China e as organizações regionais e sub-regionais africanas, como a União Africana (UA), a NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano) e a CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), também é um aspecto positivo das relações, em termos políticos e econômicos, tanto para a China, quanto para os países africanos. Ao mesmo tempo, Pequim dá especial atenção para o reforço da cooperação e da consulta aos países africanos nos fóruns multilaterais, como a OMC, como forma de aumentar o poder de negociação dos países em desenvolvimento.

Para a China, o continente africano, que representa aproximadamente 25% dos países do planeta, tem um peso político bastante importante. Dos 54 países do continente, apenas Burkina Faso, Gâmbia, São Tomé e Príncipe e Suazilândia não possuem relações com a China, preferindo manter relações com Taiwan. A “*One China Policy*” sempre foi uma parte importante da política

externa chinesa, e desde cedo encontrou nos países africanos bons aliados. Nesse contexto, a entrada de Pequim no Conselho de Segurança da ONU, na década de 1970, substituindo Taipei, teve participação fundamental dos parceiros africanos. Em seguida, em fins da década de 1980, o apoio africano se mostrou, novamente, fundamental como contraponto às críticas das potências Ocidentais. A África representa, para Pequim, uma oportunidade única de aumentar a sua credibilidade em organizações internacionais e de ampliar e fortalecer as suas parcerias diplomáticas, promovendo, assim, a ideia do país como um polo alternativo na política mundial, viabilizando dessa forma uma alteração na ordem mundial, rumo à multipolaridade. Para além da interação política e econômica, a China tem investido na fundação de Centros Confucianos em diversos países africanos, como forma de expandir e difundir a sua cultura.

### **Imperialismo chinês ou enfraquecimento do neocolonialismo?**

O Oceano Atlântico Sul e o Oceano Índico transformaram-se, desde a abertura do Canal de Suez, em espaços sem uma importância estratégica significativa. A partir do início do século XXI, entretanto, verifica-se um incremento das relações comerciais e de todo o tipo de fluxos entre África, Ásia e América do Sul. A projeção chinesa para a África foi acompanhada de um movimento de intensificação dos fluxos dos países africanos em direção à China, representando um declínio relativo das conexões Norte-Sul.

Diversas críticas são feitas, principalmente em meios de comunicação e por acadêmicos Ocidentais, à atuação chinesa no continente africano. Se por um lado a China e os países africanos defendem que essa aproximação é benéfica para o continente africano, por outro, forças políticas e mídias Ocidentais (especialmente EUA, Reino Unido, França) afirmam que o envolvimento de Pequim com o continente africano não passa de uma espécie de neoimperialismo à chinesa. De acordo com os críticos à inserção chinesa, os únicos interesses do país seriam a garantia do aporte de petróleo e outros recursos naturais, essenciais à manutenção do crescimento chinês, e do sucesso da “*One China Policy*”, não havendo uma real preocupação com o desenvolvimento dos países africanos.

A participação chinesa na África, todavia, vem possibilitando um crescimento inédito dos países africanos, tendo, nos últimos anos, o continente crescido a taxas próximas aos 5% ao ano. Esse maior desenvolvimento gera demandas crescentes por parte das lideranças africanas, que têm sido atendidas com muito mais rapidez e eficiência pela China. Nesse sentido, diversas críticas são feitas ao modelo de investimento e de auxílio dos chineses, uma vez que eles concedem ajuda sem questionamentos, e com poucas exigências. Os princípios básicos da política chinesa para a África – o respeito à soberania, a não-

intervenção em assuntos internos–, presentes em todos os âmbitos das relações sino-africanas, entretanto, são muito bem vistos pelo continente africano (YU, 2010, p.137).

Algumas das críticas Ocidentais afirmam que a China tem pagado valores insignificantes em troca dos recursos naturais dos países africanos. Há exemplos, entretanto, que provam o contrário. O caso do Senegal, que não possui recursos naturais, é um exemplo bastante significativo: todos os contratos assinados com companhias estrangeiras exigem a participação de ao menos um parceiro senegalês além da transferência de conhecimento e tecnologia para o país. Como resultado, há um expressivo incremento da economia local, gerando uma relação comercial mutuamente benéfica.

É importante, portanto, questionar quais são os reais motivos das críticas das potências Ocidentais. Obviamente, tanto a China, quanto o Ocidente perseguem, nas relações com o continente africano, seus próprios interesses. Contudo, é importante ressaltar, entretanto, que Pequim, além de não possuir meios de impor sua vontade aos africanos, corrói (ou ao menos prejudica), através da sua atuação, as bases sociais de diversas ferramentas de dominação que as potências Ocidentais possuem no continente africano. A política franco-africana, chamada de *Françafrique*<sup>3</sup> por François-Xavier Vershave, é uma boa amostra desta situação (VERSCHAVE, 2004, p.8).

A política chinesa de não-intervenção e respeito à soberania, por exemplo, difere sensivelmente da política praticada pela França (e também pelas outras potências Ocidentais), já que não tenta, de forma direta ou indireta, determinar quem serão os governantes dos países africanos. Além disso, os auxílios e empréstimos – muitas vezes sem cobrança de juros –, concedidos por Pequim aos países da África, e que permitem que estes se desenvolvam e tenham um aumento do seu peso político e econômico, desgastam outra estrutura de dominação das potências ocidentais, uma vez que os africanos já não mais recorrem ao FMI, vendo-se livres das condicionalidades e das políticas de ajuste Ocidentais. Vale lembrar que grande parte dos investimentos chineses, criticados pelo Ocidente por supostamente serem responsáveis pela manutenção dos Estados africanos como “clientes”, possuem condicionalidades impostas pelos líderes africanos e não pelos chineses, o que aumenta o poder de barganha africano.

O desenvolvimento econômico pelo qual os países africanos têm passado aponta para o fim de outro elemento da *Françafrique*. A maior autonomia alcançada por esses países a partir de seu crescimento recente, bem como a participação da China como um parceiro alternativo, possibilita que os Estados africanos sejam os

---

3 O termo, *Françafrique*, cunhado por François-Xavier Vershave, refere-se à “[...] política franco-africana [...], que é uma caricatura de neocolonialismo, é uma política extraordinariamente nociva”.

protagonistas de suas decisões. Nesse mesmo contexto, o grande investimento chinês no setor petrolífero africano também afeta diretamente os interesses Ocidentais. À medida que a China aumenta sua participação no setor, trocando petróleo pela construção de infraestrutura, as potências Ocidentais vão perdendo espaço e não conseguem mais manter os países africanos endividados e dependentes. Nesse sentido, o caso do Sudão se mostra bastante expressivo. O país, atualmente um dos grandes produtores e exportadores de petróleo africano, era, até antes de começar a receber investimentos chineses, um importador de petróleo. O desenvolvimento gerado pela transferência de tecnologia resultante das relações com a China foi fundamental para possibilitar a mudança da sua condição. Ainda é importante ressaltar que os direitos de exploração e prospecção de petróleo conquistados pela China no continente foram garantidos através de mecanismos de mercado internacionais, ou a partir da venda de outras companhias, não representando uma imposição, ou ameaça, a qualquer país. À medida em que as sociedades africanas aumentam seu poder aquisitivo e têm acesso a meios modernos (motocicletas, celulares, etc.), elas se tornam mais complexas, permitindo formas novas de comunicação, organização e busca de meios de sobrevivência. Tais sociedades já não são suscetíveis aos mecanismos de dominação clientelista da *Françafrique*.

A participação, cada vez maior, das empresas chinesas em diversos setores do continente africano – telefonia, petróleo, transportes, etc. – tem dificultado e diminuído a participação de diversas empresas Ocidentais, que historicamente serviram como instrumento de dominação neocolonial na África. Mais uma vez, as potências Ocidentais se veem prejudicadas pela presença chinesa no continente africano. Há que se lembrar, ainda, que apesar do aprofundamento do envolvimento chinês no continente africano, Pequim é apenas o terceiro maior parceiro da África, atrás de EUA e França. A crescente participação chinesa no continente, entretanto, acaba por criar, ou mesmo ocupar, espaços que anteriormente eram de atuação das potências Ocidentais, qualificando diplomaticamente essas áreas e, conseqüentemente, diminuindo a participação (e também os lucros) do Ocidente.

Muitas críticas são feitas à China por conceder auxílios sem questionamentos e com poucas exigências a países com histórico de desrespeito aos direitos humanos, os chamados “Estados delinquentes”. É importante lembrar que grande parte desses Estados conta ou contou, ao longo de sua história, com o apoio das potências Ocidentais. Além disso, é importante perceber que, no sistema internacional, as relações entre os Estados são feitas através de contatos entre os seus respectivos governos, sejam eles quais forem. Dessa forma, as críticas do Ocidente costumam ser vistas com ceticismo por parte de africanos e chineses, que as percebem como uma tentativa de impedir o desenvolvimento

socioeconômico de ambos, o que dificultaria sua subserviência às potências industriais tradicionais.

Vale ressaltar, também, que o Sul do continente africano tem se tornado uma importante base logística mundial. Além disso, o Oceano Índico e também o Atlântico Sul têm se revelado, cada vez mais, como zonas de grandes recursos energéticos, com jazidas de petróleo e de gás. O hemisfério sul possui mais águas do que terra, e tem se tornado um espaço cada vez mais importante em termos de desenvolvimento e de geopolítica. O Cabo da Boa Esperança, embora seja uma rota muito mais longa do que o Canal de Suez, tem sido cada vez mais utilizado, em decorrência do tamanho e do peso cada vez maiores das embarcações. Prova disso é que, há uma década o número de petroleiros que passavam mensalmente pelo Cabo variava entre 30 e 50, e atualmente esse número encontra-se entre 90 e 100 navios. Atualmente cerca de 30% do petróleo do Golfo Pérsico destinado à Europa e América passam pelo Cabo da Boa Esperança. As ações dos piratas somalis, transformando a rota de Suez em um problema bastante grave, também têm papel importante na maior utilização da rota do Cabo.

Frente a todo esse histórico, não é surpreendente que em 2008, o então presidente dos EUA, George W. Bush, tenha anunciado a criação de um novo Comando Combatente Unificado para a África, o AFRICOM, supostamente como forma de reforçar a “Guerra ao Terror” e de coordenar os interesses do governo no continente africano. Ainda que os EUA neguem que a criação do AFRICOM esteja ligada ao aumento da presença chinesa no continente, é evidente que a atuação de Pequim e o crescente envolvimento dos países africanos, diminuindo a participação dos EUA, são um incômodo para o governo norte-americano, especialmente em um contexto de aumento da importância estratégica da África e do Sul como um todo. Ao mesmo tempo foi recriada a IV frota, que atua no Atlântico Sul, região petroleira da África e América do Sul.

### **Conclusão**

Inegavelmente, a China precisa do continente africano como fornecedor de recursos naturais para viabilizar a manutenção do seu crescimento. Entretanto, há uma diferença bastante sensível, entre a China e as potências Ocidentais, no que diz respeito ao envolvimento com os países da África. Pequim tem se mostrado um ator ativo nas relações com o continente africano. Em termos econômicos, os chineses têm respondido aos anseios dos Estados africanos com muito mais rapidez e eficiência do que os parceiros Ocidentais – costumeiramente lentos, e burocráticos. Os países africanos, assim, têm podido construir estradas, hospitais e todo o tipo de infraestrutura necessária, em tempo recorde, estimulando o crescimento econômico e seu próprio desenvolvimento.

É interessante observar que nos anos 1970-1980, em função dos impactos da crise do petróleo, o Japão e a China desenvolveram cooperação de perfil semelhante ao da China-África, com posições invertidas. A China exportava commodities, especialmente carvão e petróleo, para o Japão, proporcionando divisas, acesso a mercadorias baratas e investimento em infraestrutura. A melhoria de portos, rodovias, ferrovias, minas e prospecção de petróleo foi paga com produtos primários, sem gerar endividamento. Assim, a China tem uma experiência própria com esse novo tipo de cooperação internacional.

O Ocidente, por sua vez, tem mantido o seu padrão de interação, que traz um retorno cada vez menos satisfatório aos países africanos. Os baixos investimentos em infraestrutura e as condicionalidades, impostas pelo Ocidente, não agradam às lideranças africanas, especialmente se comparadas à alternativa chinesa. Para os africanos, essa “disputa” entre o Ocidente e a China pelo continente se mostra positiva, pois cria novas oportunidades e possibilidades, com o aumento do número de possíveis parceiros e da competição entre eles.

A China conseguiu, sem ajuda estrangeira, e através de seus próprios experimentos, retirar uma camada significativa de sua população da pobreza. Investimento, tecnologia e comércio, vistos como promotores do desenvolvimento, têm sido fios condutores das relações com o continente africano, não por altruísmo, mas porque os chineses buscam, nos países africanos, aliados políticos e econômicos. E o *status* dos aliados conta mais do que seu número. Estados-clientes sem importância econômica ou política pouco contribuem para a estratégia de realinhamento da balança de poder. Desta forma, não só por razões conjunturais, mas também estruturais, os países africanos representam uma parceira estratégica para Pequim.

Quanto às críticas Ocidentais, essas se dão sobretudo porque, através de seu envolvimento, a China acaba, direta ou indiretamente, pondo fim a uma série de mecanismos de dominação das potências Ocidentais, aplicados há muito tempo nos países africanos. As novas relações da China (e da Ásia) com a África, com menor participação dos centros financeiros do Atlântico Norte, marcam o declínio do ciclo histórico de longa duração de Ocidentalização do mundo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDEN, Chris. **China in Africa**. London: Zed Books, 2007.

ANSHAN, Li. China's New Policy toward Africa. In: ROTBERG, Robert I. **China into Africa: Trade, Aid, and Influence**. USA: World Peace Foundation, 2008. Cap. 2, p. 21-49.

BRAUTIGAM, Deborah. **The Dragon's Gift: the real story of China in Africa**. Oxford: Oxford University Press, 2009, 397 p.

GAZIBO, Mamoudou; MBABIA, Olivier. Reordering International Affairs: The Forum on China-Africa Cooperation. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**. Porto Alegre, v.1, n.1, p.51-74, 2012.

OLIVEIRA, Amaury P. **A Política Africana da China**. Disponível em: <http://www.casadasafricas.org.br/img/upload/674760.pdf>

RÖNNBÄCK, Ann-Sofi. ECOWAS and West Africa's Future – Problems or Possibilities? **Umeå Working Papers in Political Science**, Umeå, n. 3, p. 1-33, 2008.

SAMY, Yiagadeesen. China's Aid Policies in Africa: Opportunities and Challenges. **The Round Table**. Ottawa, V. 99, N. 406, p.75-90, 2010.

SAUTMAN, Barry; HAIKONG, Yan. Honour and Shame? China's Africa ties in comparative context. In: WILD, Leni; MEPH, David (Ed.). **The New Sinosphere: China in Africa**. London: Institute for Public Policy Research, 2006, cap. 8, p.54-61.

SHELTON Garth; PARUK Farhana, **The Forum on China-Africa Cooperation: A Strategic Opportunity**, Johannesburg, Institute for Security Studies, 2008.

TAYLOR, Ian. China's foreign policy towards Africa in the 1990s. **The Journal of Modern African Studies**, Cambridge, v.36, n.3, p. 443-460, 1998.

VERSCHAVE, François-Xavier. **De la Françafrique à la Mafrafrique**. Bruxelles: Édition Tribord, 2004, 69 p.

YU, George T. China's Africa Policy: South-South Unity and Cooperation. In: YU, George T.; DITTMER, Lowell (Ed.). **China, the Developing World, and the New Global Dynamic**. USA: Lynne Rienner Publishers, 2010, cap.7, p.129-156.

Recebido em Maio de 2012  
Aprovado em Junho de 2012